

Edison Rodrigues/SECOM-MT



O governo federal vai repassar R\$ 1,330 bilhão para obras de saneamento em 11 estados, segundo anunciou ontem em Plenário a líder do PT, Ideli Salvatti. A senadora lembrou que os empreendi-

mentos, que contam com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Caixa Econômica Federal e de bancos privados, farão parte do programa Saneamento para Todos. **Página 4**

Delúbio depõe hoje na CPI dos Bingos

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares deve prestar depoimento hoje, a partir das 11h, à CPI dos Bingos. Ontem à noite, o ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu o mandado de segurança impetra-

do por Delúbio para que não comparecesse à CPI e, caso fosse obrigado a comparecer, não tivesse a obrigação de responder a questões que pudessem incriminá-lo. Ao negar o pedido, Marco Aurélio afirma “que os cidadãos em

geral devem colaborar com as autoridades constituídas na elucidação dos fatos e que deve ser preservada a independência da comissão no que se refere à matéria sobre a qual possa, ou não, ser inquirido o depoente”. **Página 3**



Senadores da CPI devem questionar Delúbio sobre acusação de que pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão para o PT

Oposição admite votar matérias, pondo fim a obstrução decorrente de declarações do ministro Tarso Genro

Pauta da semana inclui MPs e Fundeb

O Plenário do Senado poderá votar nesta semana as quatro medidas provisórias que trancam a pauta, abrindo caminho para uma decisão sobre o fundo da educação básica, o Fundeb. A agenda inclui vários projetos, como o que determina a obrigatoriedade de aterramento elétrico em edifícios e o que

trata da denominação de medicamentos. As indicações de Cármen Lúcia Antunes Rocha para ministra do Supremo Tribunal Federal e de diretores de agências reguladoras poderão ser analisadas. O líder da Minoria, Alvaro Dias, afirmou que a oposição deve colaborar com as votações. **Página 3**



Célio Azevedo

A assinatura de convênio entre Brasil e Espanha sobre assistência judicial em Direito Penal foi tema da conversa do ministro da

Justiça da Espanha, Juan Fernando Aguilar, com o presidente em exercício do Senado, Tião Viana, e com Marco Maciel. **Página 3**

ONGs recebem senha para fiscalizar o Orçamento

Organizações não-governamentais (ONGs) terão acesso a praticamente todos os passos da execução do Orçamento federal. Para

tanto, receberão senhas que permitem pesquisar no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. **Página 2**

Entre as medidas para aumentar a transparência das contas públicas, jornalistas terão acesso ao Siga Brasil

ONGs vão receber senha para fiscalizar gastos do Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), anunciou que pretende distribuir hoje, a organizações não-governamentais (ONGs), senhas de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). As ONGs terão acesso a praticamente todos os passos do Orçamento, desde a chegada da proposta ao Congresso até sua execução pelo governo, depois de aprovado.

A idéia, conforme o deputado, é mostrar "que o Congresso não tem nada a esconder". O Executivo também deve informar a representantes da sociedade todos os gastos.

As senhas das ONGs permitirão acesso a dados sobre liberação de verbas para prefeituras que recebem dinheiro do Orçamento federal para obras ou serviços. As duas primeiras senhas serão entregues ao Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) e à Associação Nacional de Transportes Públicos. Hoje, entidades que querem pesquisar gastos orçamentários atualizados têm de obter as senhas com algum parlamentar, como faz a ONG Contas Abertas.

Com o mesmo objetivo de au-

mentar a transparência das contas públicas, o Senado pretende distribuir para jornalistas e outros interessados senhas de acesso ao Banco de Dados Siga Brasil. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio da internet, acessar com facilidade informações sobre planos e orçamentos federais. O Siga Brasil também é alimentado por dados do Siafi.

Diretrizes

Também hoje, a CMO realiza, a partir de 14h30, audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, com a presença de representantes do Executivo, parlamentares e de dirigentes de entidades civis. Estará presente o relator da LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A LDO para 2007 foi muito criticada no Congresso por conter um artigo que permitirá ao Executivo liberar normalmente os gastos do Orçamento caso ele não seja aprovado até final de dezembro próximo. Para os parlamentares, esse artigo poderia levar o Executivo a trabalhar pela não-votação do Orçamento no Congresso, já que o governo poderia executar sem qualquer constrangimento a proposta enviada por ele aos deputados e senadores.

Com acesso ao Siafi, as organizações poderão acompanhar os passos da tramitação e execução do Orçamento

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário se reúne às 14h para examinar MPs

A sessão de hoje começa às 14h. A pauta continua trancada por quatro medidas provisórias (MPs), entre elas a 281/06, que

isenta de CPMF e de Imposto de Renda os rendimentos dos títulos da dívida brasileira comprados por beneficiários residentes no exterior.

Outra MP na pauta – a de nº 282/06 – libera R\$ 57,5 milhões para obras emergenciais na malha rodoviária federal.

Mudanças na Comissão Mista de Orçamento em votação

O Congresso, em sessão conjunta às 19h, pode definir as mudanças na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para evitar problemas como os que vieram à tona com a Operação Sanguessuga da Polícia Federal – o suposto envolvimento de parlamentares em esque-

ma de propina na liberação de emendas para compras em licitações fraudadas. A CMO promove seminário regional, a partir das 14h, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, que define os parâmetros de elaboração do Orçamento.

Sociedades e mercado de ações em discussão na CAE

Está prevista audiência pública às 10h na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir projeto que transfere ao patrimônio nacional as ações de acionistas não identificados de sociedades

anônimas de capital aberto. Entre os convidados, os presidentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Brasileira das Companhias Abertas, e representantes de grandes empresas.



Legislação contra crimes de informática

A Comissão de Educação reúne-se às 11h. Em pauta, três propostas que tipificam os crimes de informática, definindo as penas. Profbem também o acesso de terceiros não autorizados ao conteúdo particular mantido

em redes de computadores (PLSs 76/00, 137/00 e 89/03). Senadores discutem ainda o registro dos circos no Ministério da Cultura e medidas que garantam proteção aos animais circenses.

CPI dos Bingos deve ouvir Delúbio Soares

Está marcado para as 11h de hoje o depoimento do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares à CPI dos Bingos. Ele deve esclarecer denúncias

de que o partido pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão em esquemas fraudulentos, acusações de que a campanha petista recebeu dinheiro ilegal

dos bingos, de Cuba e de Angola; e de que, como dirigente petista, teria intermediado negociações entre o governo e o grupo Opportunity.

Crise da Varig

A quarta audiência pública para discutir a crise financeira e possível quebra da Varig está marcada para as 17h, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Foram convidados o diretor da Área de Insumos Básicos e Infra-Estrutura do BNDES, Wagner Bittencourt de Oliveira; e a presidente da BR Distribuidora, Maria das Graças Foster.

Lançamento de livro

Às 18h30 será lançado o livro *Não morda a língua*, de Wilma Ramos. A obra foi transcrita para o braille em edição produzida pela Fundação Dorina Nowill, em parceria com o Banco do Estado de Sergipe. O evento é iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), com apoio da Consultoria Legislativa. A cerimônia será no *hall* da Biblioteca do Senado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

(61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes e Alvaro Dias



Conversa de Viana (2ª a direita) com Juan Aguilar é acompanhada por Maciel (D) e Peidró

Na Presidência do Senado, Tião Viana recebe ministro da Justiça da Espanha

Presidente em exercício do Senado, Tião Viana (PT-AC) recebeu ontem a visita do ministro da Justiça da Espanha, Juan Fernando López Aguilar. Eles conversaram sobre a assinatura de um convênio entre os governos do Brasil e da Espanha de assistência judicial em Direito Penal.

O convênio, segundo Juan Aguilar, permitirá a regulamentação das chamadas tramitações penais, o que irá facilitar, observou, a obtenção de provas criminais fora do respectivo âmbito jurisdicional, incluindo notificações, depoimentos e entrega de objetos em execução de embargos. O acordo também permitirá maior troca de informações entre os

ministérios da Justiça de ambos os países.

Tião Viana – que é vice-presidente do Senado – salientou que a visita do ministro Juan Aguilar serviu para dar maior consistência “à relação de amizade entre as populações do Brasil e da Espanha”. Na conversa, informou o senador, vários temas foram abordados, entre eles o risco do terrorismo no cenário internacional. O ministro espanhol também se interessou sobre o papel do Senado dentro da estrutura de poder no Brasil.

O senador Marco Maciel (PFL-PE) esteve presente à solenidade, que também contou com a presença do embaixador da Espanha, Ricardo Peidró.

Senadores homenageiam Jacques Chirac na quinta, em sessão solene

O presidente da França, Jacques Chirac, que visitará o Brasil a partir de amanhã, será homenageado em sessão solene do Senado na quinta-feira, às 17h. A viagem do presidente francês ao Brasil terá como objetivo “reafirmar as relações tradicionalmente estreitas entre a Europa e América Latina”, segundo informações do Palácio do Planalto.

Durante a visita, os dois países poderão fechar acordo de cooperação nuclear na área civil e aprofundar o intercâmbio na

área tecnológica – especialmente no setor aeronáutico. O acordo na área nuclear deverá ser semelhante ao assinado com a Índia, no qual a França compromete-se a transferir tecnologia nuclear civil.

Outra questão em negociação é o projeto de construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Brasil e a Guiana Francesa – aprovado pelo Congresso em 2001. Na última visita do presidente da França ao Brasil, em 1997, o tema principal foi o protecionismo no setor agrícola.

Antes de examinar a criação do Fundeb e a indicação de Cármen Lúcia Rocha para o STF, entre outras matérias, os senadores precisam deliberar sobre quatro medidas provisórias

Com agenda cheia, Plenário aguarda desbloqueio da pauta

O Plenário do Senado poderá deliberar esta semana sobre a criação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –, caso ocorra o desbloqueio da pauta, trancada por quatro medidas provisórias. Constan ainda da agenda vários projetos da Câmara, como o PLC 64/00, que determina a obrigatoriedade de aterramento elétrico em edifícios, e o PLC 65/05, que dispõe sobre a denominação de medicamentos.

A indicação da procuradora Cármen Lúcia Antunes Rocha para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) também consta da agenda de

votações da Casa. A unanimidade na aprovação do nome da procuradora na Comissão de Justiça (CCJ) “foi merecida”, na opinião do presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Segundo observou, trata-se de fato raro naquela comissão, quando examina indicações de autoridades.

Também aguardam votação em Plenário 31 mensagens avaliadas em comissões do Senado, das quais 13 se referem a indicações de embaixadores e oito a indicações de diretores das seguintes agências reguladoras: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de

Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Obstrução

O líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que não há disposição da oposição de continuar obstruindo a pauta.

– A oposição não vai obstruir, a menos que surjam fatos que a obriguem a isso – disse.

Na quarta-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou a obstrução da agenda como reação a uma entrevista do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, em que responsabilizou o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin pela onda de violência no estado.

STF indefere pedido e Delúbio deverá depor na CPI dos Bingos

O principal depoimento desta semana na CPI dos Bingos é o de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), que será ouvido hoje, às 11h. O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu no início da noite de ontem o mandado de segurança impetrado pelo convocado. Os advogados de Delúbio haviam solicitado ao STF liminar para que ele não comparecesse na sessão da CPI e, caso fosse obrigado a comparecer, pediram que a comissão não o obrigasse a responder questões que pudessem incriminá-lo.

Ao indeferir o pedido, Marco Aurélio manteve o depoimento do ex-tesoureiro à CPI e afirmou “que os cidadãos em geral devem colaborar com as autoridades constituídas na elucidação dos

fatos e que deve ser preservada a independência da comissão no que se refere à matéria sobre a qual possa, ou não, ser inquirido o depoente”.

Durante a oitava, os senadores devem apresentar questões sobre acusações feitas pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, de que Delúbio pretendia, com a ajuda do empresário Marcos Valério, arrecadar R\$ 1 bilhão para o PT. O depoente também deverá ser questionado sobre a denúncia de que ele teria pedido entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões ao empresário Daniel Dantas, dono do Banco Opportunity, em troca de apoio do governo a suas demandas. A convocação do banqueiro poderá ser deliberada na reunião administrativa que também vai acontecer hoje.



Fotos: Célio Azevedo

Delúbio será questionado sobre acusações feitas por ex-secretário-geral do PT

Amanhã, devem depor na CPI os donos de casas de bingo José Paulo Figueiredo e Arthur José Caio, que são sócios da empresa Fábrica Brasileira de Máquinas Automáticas (Fabama).

Para quinta-feira, estão convocados a falar à comissão Alejandro Ortiz e Johnny Ortiz, que exploram máquinas caça-níqueis. Entretanto, a assessoria da CPI dos Bingos informou que os irmãos Ortiz podem não comparecer por estarem fora do país.

TSE decide hoje se minirreforma eleitoral terá validade no pleito de outubro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai analisar em sessão administrativa, hoje à noite – após a sessão ordinária das 19h –, quais das mudanças introduzidas pela Lei 11.300, conhecida como Minirreforma Eleitoral, terão validade nas eleições deste ano.

Aprovada pelo Congresso em abril, a minirreforma tem

por objetivos reduzir gastos nas campanhas eleitorais, aumentar a transparência nos financiamentos e na prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, além de tornar mais rigorosas as penalidades para quem desrespeitar a legislação.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vetou

do texto aprovado pelos parlamentares uma das principais alterações para o barateamento do custo de campanhas: a proibição, nos programas de rádio e de televisão, de gravações externas, montagens ou trucagens, computação gráfica, desenhos animados, efeitos especiais e conversão para vídeo de imagens gravadas

em películas cinematográficas.

Em entrevista coletiva à imprensa sobre o assunto, no último dia 12, o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, sinalizou sua posição, ao afirmar que “está na Constituição federal, em bom vernáculo, que qualquer modificação normativa do processo eleitoral deve-se fazer

com antecedência mínima de um ano, consideradas as eleições”. Ainda de acordo com Marco Aurélio, caso não sejam consideradas válidas para a eleição deste ano, e “contribuam para o aprimoramento do processo eleitoral”, as novas regras serão regulamentadas para as eleições de 2008.



Gilvam Borges ressalta iniciativa dirigida a jovens de áreas rurais

Gilvam pede apoio a programa educacional

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu apoio ao programa educacional dos jovens de áreas rurais apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pela rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas). Denominado Programa Nacional de Educação por Alternância para a Agricultura Familiar, a iniciativa visa à “formação integral e personalizada”.

Segundo Gilvam, o programa se utiliza do que é tecnicamente chamado de “pedagogia da alternância”, que consiste na combinação de períodos que o jovem passa em família, ou em estágios em propriedades ou empresas, e períodos no centro de formação.

– A idéia é tratar o jovem como o sujeito contextualizado, evitando a mera transmissão vertical dos conhecimentos, que muitas vezes caracteriza a escola tradicional – explicou.

Para que isso ocorra, os centros de formação são constituídos, principalmente, pela associação de famílias rurais numa interação com as comunidades. O senador chamou a atenção para a importância desse programa, sobretudo quando se observa que persistem ainda grandes disparidades entre o campo e a cidade no que diz respeito à universalização dos ensinamentos médio e fundamental.

– Esse trabalho realizado pelos Ceffas tem como resultado uma vida mais rica e digna para os que escolheram viver no campo – disse Gilvam, ao apontar o programa como ponto de partida para uma política pública integrada voltada para o fortalecimento da agricultura familiar.

Senador considera que o país não está preparado para instituto e reclama de gastos de R\$ 4 milhões do presidente Lula com viagens aéreas neste ano

Alvaro Dias defende fim da reeleição

O líder da Minoria, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), defendeu, em Plenário, o fim da reeleição para cargos executivos. Ele avalia que o Brasil não está preparado para esse instituto, em razão das experiências pelas quais o país tem passado. O parlamentar argumentou que o candidato que tenta a reeleição disputa o pleito com grandes vantagens sobre os seus adversários.

Alvaro Dias baseou seu ponto de vista em reportagem publicada no último domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com a matéria, o presidente Lula teria percorrido 63 mil quilômetros em viagens aéreas, só em 2006. Os custos dessas viagens chegariam a R\$ 4 milhões – mais do que o dobro do que foi declarado pelo PT em 2002 como gastos de campanha de Lula com viagens aéreas na ocasião.

O senador afirmou que tais despesas, que qualificou como exageradas, estão ocorrendo indevidamente.

– Diante desse péssimo exemplo do presidente Lula, devemos acabar com



Alvaro Dias: candidato que ocupa o Executivo disputa com vantagens sobre adversários

a reeleição – disse.

Porto de Paranaguá

Alvaro Dias ainda criticou a direção do porto de Paranaguá (PR), que, segundo ele, conduziu o porto a uma estagnação que estaria prejudicando não só o município onde se localiza, mas também todo o estado do Paraná. Em razão dessa crise, as exportações de soja em Paranaguá teriam crescido, entre 2004 e 2005, apenas 1,4%,

enquanto no porto de São Francisco do Sul (SC), o aumento no mesmo período teria sido de 117%.

O senador informou que a situação é tão grave que um projeto de decreto legislativo solicitando intervenção no porto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Para Alvaro Dias, no entanto, dificilmente o governo interviria no porto.

Segundo o parlamentar, a atual direção de Paranaguá, além de não manter diálogo com a comunidade local, não estaria fazendo os investimentos necessários no porto, mesmo nos projetos para os quais já disporia de recursos. Além disso, não haveria busca por mais dotações orçamentárias junto ao governo. Conforme Alvaro Dias, enquanto o porto de Santos recebeu, em 2005, R\$ 89 milhões em investimento, Paranaguá não recebeu nada. As consequências dessa situação seriam desemprego e prejuízos no comércio varejista local.

Ideli Salvatti registra repasse de R\$ 1,3 bi para obras de saneamento

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), registrou ontem, em Plenário, a assinatura pelo governo Lula de compromissos de repasses da ordem de R\$ 1,330 bilhão para obras de saneamento em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os empreendimentos, que terão financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal e de bancos privados, farão parte do Programa Saneamento para Todos, disse a senadora.

Ideli informou que a solenidade para a assinatura dos compromissos pelo presidente Lula, realizada ontem,

contou com a participação de governadores, prefeitos e representantes de companhias de abastecimento e saneamento estaduais e municipais.

As obras vão beneficiar cerca de 670 mil famílias e, segundo Ideli, a previsão é de que a sua execução tenha início até 30 de junho.

– O objetivo é promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população com ações de saneamento integradas com outras políticas públicas – enfatizou, ao informar ainda que o governo Lula destinou, em três anos e meio, um total de R\$ 7,7 bilhões para o setor.

Ideli aproveitou para registrar a



Segundo Ideli, ações de saneamento serão integradas com outras políticas públicas

realização do 15º Congresso Eucarístico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na cidade de Florianópolis (SC) no último final de semana. A senadora apresentou requerimento pedindo que a CNBB seja felicitada pelo evento, que reuniu 240 bispos de todo o país.

Comissão debate transferência de ações de estatais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate hoje, às 10h, projeto enviado ao Congresso em 1999 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso autorizando a transferência, para o Tesouro Nacional, de todas as ações de estatais em mãos de empresas ou pessoas não identificadas.

Na época, o Ministério da Fazenda argumentou que existiam 660 mil ações da Telebrás em mãos de

acionistas não identificados e isso provocava transtornos administrativos. A idéia é dar cinco anos para que os verdadeiros donos procurem o governo e, caso isso não ocorra, o valor será assumido pelo Tesouro.

Entre os convidados para o debate estão o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Fernandez Trindade, e o diretor-presidente da Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

Após a audiência pública, o colegiado examinará 18 projetos de lei, entre eles o que prevê isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para caminhões de até cinco toneladas (PLS 278/04). Consta ainda da pauta da CAE projeto de lei que permite a dedução, no Imposto de Renda, das despesas feitas pelas pessoas com doações a instituições filantrópicas (PLS 249/04).



Papaléo diz que suas propostas buscam desenvolver o Amapá

Papaléo avalia seus quatro anos no Senado

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) fez, ontem, uma reflexão sobre o primeiro quadriênio de seu mandato parlamentar. Reconhecendo que ainda tem enorme trabalho pela frente, ele citou aquelas que considera as principais propostas que apresentou. Todas elas têm em comum a busca por mecanismos de promoção do desenvolvimento sustentável do estado do Amapá.

Entre as proposições legislativas relacionadas, em diferentes estágios de tramitação no Congresso, Papaléo destacou a que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Macapá e Santana, um dos principais pontos de crescimento urbano do Amapá (PLS 111/05).

Papaléo também fez referência à proposta de alteração da Lei 8.387/91, no sentido de conceder os mesmos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os bens de informática e automação industrializados na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, setores que, na opinião do senador, apresentam “enorme potencial de crescimento”.

Por meio do PLS 23/06, outra sugestão de Papaléo, o Executivo criaria *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá nos municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá, uma proposta para democratizar o acesso à educação superior.

Ainda na área de educação, o senador apresentou projeto para criar a Escola Técnica Federal de Macapá (PLS 484/03), voltada para o ensino médio profissionalizante de carreiras ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.